

E

ENSINO E PESQUISA EM GESTÃO AMBIENTAL NOS PROGRAMAS BRASILEIROS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO

MARIA CRISTINA FOGLIATTI DE SINAY

PhD em Matemática pelo The Graduate Center of the City University of New York.

Professora do Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade do Grande Rio (Unigranrio).

Rua da Lapa, 86, 9º andar, Lapa, Rio de Janeiro – RJ – Brasil – CEP 20021-180

E-mail: cristinasinay@gmail.com

MARTA CORREA DALBEM

Doutora em Administração pelo Departamento de Administração da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio).

Professora do Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade do Grande Rio (Unigranrio).

Rua da Lapa, 86, 9º andar, Lapa, Rio de Janeiro – RJ – Brasil – CEP 20021-180

E-mail: martadalbem@hotmail.com

IONE ANDRADE LOUREIRO

Graduada em Enfermagem e Especialista em Geriatria e Gerontologia pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).

Professora da Escola de Ciências da Saúde da Universidade do Grande Rio (Unigranrio).

Rua José de Souza Herdy, 1160, 25 de agosto, Duque de Caxias – RJ – Brasil – CEP 25071-202

E-mail: ioneloureiro@yahoo.com.br

JEZUEL DE MENEZES VIEIRA

Graduado em Letras e Especialista em Língua Portuguesa pela Federação de Escolas – Faculdades Integradas Simonsen (Fefis).

Professor do Departamento de Letras da Federação de Escolas

Faculdades Integradas Simonsen.

Rua Ibitiúva, 151, Padre Miguel, Rio de Janeiro – RJ – Brasil – CEP 21715-400

E-mail: jezuelvieira@bol.com.br

RESUMO

No Brasil, a educação ambiental tornou-se obrigatória em todos os níveis de ensino apenas a partir de 1999, com a lei nº 9.795, que instituiu a Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA). A área de administração ficou um tanto alheia a esse movimento, talvez pela dificuldade de gestores perceberem que negócios verdes podem ser lucrativos. Só ao compreender que sustentabilidade traz também inovação, é que se verifica que a preservação ambiental e a produtividade empresarial devem andar por caminhos confluentes. Este trabalho visa verificar se tal convergência tem sido sustentada pelo ensino e pela pesquisa em administração, levantando o panorama atual da pós-graduação em administração no que se refere à gestão ambiental. Concluiu-se que, dos grupos de pesquisa registrados no diretório de grupos de pesquisa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq – na área de administração, 25% abordam tópicos ligados à Gestão Ambiental, sendo que 93% desses grupos se iniciaram após 2002, ano em que regulamentada a lei nº 9.795/1999, ficando clara a importância de ações concretas do setor governamental para promover a educação ambiental. Pesquisando-se as grades curriculares das Instituições de Ensino Superior (IES) com programas de mestrado e/ou doutorado reconhecidos/recomendados pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), observou-se que 51% desses cursos apresentam tópicos relacionados à gestão ambiental e apenas 6% apresentam alguma das ferramentas a ela associadas. Vinte e cinco por cento desses programas não têm nem grupos de pesquisa nem disciplinas que abordem tópicos de gestão ambiental, salientando a necessidade de novos esforços em nível governamental, talvez na forma de avaliação das IES, para que a administração melhor contribua para a disseminação da sustentabilidade nos setores produtivos. Finalmente, observou-se que, do total de artigos publicados no período 2006-2012 nos seis principais periódicos nacionais da área de administração, 6,2% trataram temas de gestão ambiental. Isso representa evolução em relação aos 2,3% obtidos por Jabbour, Santos e Barbieri (2008) em pesquisa relativa ao período 1996-2005, porém corrobora, com os demais resultados desta pesquisa, que a produção científica nacional de administração em gestão ambiental, embora em expansão, ainda é incipiente.

PALAVRAS-CHAVE

Administração; Educação e Pesquisa Ambiental; Sustentabilidade; Administração Sustentável; Gestão Ambiental.

1 INTRODUÇÃO

Foi logo após a publicação do relatório Brundtland, em 1987, que se iniciou no mundo toda a busca pelo desenvolvimento sustentável, como contraponto ao modelo de desenvolvimento praticado até então bem como ao desenvolvimento puramente econômico.

O modelo de desenvolvimento econômico praticado em décadas anteriores à de 1980 provocou modificações consideráveis de rios, lagos e florestas, assim como a extinção de espécies animais e vegetais, destruiu recursos naturais, mudou o comportamento do clima, poluiu as reservas de água doce, degradou solos e acentuou as desigualdades sociais. Fez-se urgente e imprescindível a mudança de paradigma, procurando o equilíbrio dos ecossistemas como forma de diminuir os riscos de uma catástrofe ecológica.

Após observar que durante os longos anos de prática desse modelo alcançaram-se altos índices de miséria humana, concentração exacerbada de riquezas, injustiça social, deterioração geral do ambiente, depleção de recursos naturais não renováveis e outras mazelas, chegou-se à conclusão que o primeiro setor, ou setor governamental, deveria se responsabilizar por uma série de ações visando garantir às populações o acesso aos recursos e serviços básicos, o atendimento das necessidades primordiais, a preservação da biodiversidade e a conservação do meio ambiente, entre outras. Simultaneamente, a sociedade civil, ciente de seu direito a um ambiente saudável conforme estabelecido pelas legislações vigentes, como no caso do Brasil pela Constituição brasileira, e se reconhecendo corresponsável pelo sucesso dessas ações, começa a adotar novas práticas de consumo e de vida, organizando e participando de diversas manifestações.

No ano 2000, a Organização das Nações Unidas publicou as Metas do Milênio, em que acordos internacionais relativos ao meio ambiente e desenvolvimento, direitos das mulheres, desenvolvimento social, racismo, diversidade cultural, distribuição da riqueza e outros temas foram considerados prioritários para a redução da pobreza e do analfabetismo e para aumentar a esperança de vida ainda neste século. Segundo essas metas, importância especial deve ser dada à educação, e em especial à educação ambiental, necessidade básica da sociedade e fundamental para que as ações a serem postas em prática pelos governos sejam compreendidas e duradouras.

No caso do Brasil, houve nas últimas duas décadas crescente interesse sobre o assunto, com a introdução de conceitos sobre o meio ambiente e o desenvolvimento em disciplinas das áreas humanas e naturais já estabelecidas e com a introdução de novas disciplinas como economia ambiental e engenharia ambiental.

Entretanto, a área de administração ficou um tanto alheia a esse movimento, até por se pensar, erroneamente, que existe uma barreira difícil de ser transposta entre negócios lucrativos e negócios verdes. Esta dicotomia levou as empresas – segundo setor – a entender que a regulamentação ambiental traria apenas custos adicionais aos seus produtos e serviços, quando, na verdade, existem muitos exemplos sobre como a regulamentação adequada não provocou tal efeito deletério, e sim a inovação. Essa inovação leva à redução dos insumos, à eficiência na utilização dos recursos, à escolha de recursos e de fontes energéticas menos poluentes ou ambientalmente amigáveis, à conversão de resíduos em formas de valor, à melhoria da qualidade dos produtos e/ou do serviço prestado, à maior segurança do processo produtivo, dentre outros fatos, todos estes conduzindo à redução dos custos de produção e ao aumento da produtividade.

Assim, a preservação ambiental e a produtividade empresarial devem andar por caminhos confluentes, e o ensino e pesquisa em administração devem se alinhar a esse objetivo, patrocinando a união de interesses.

Considerando-se o anteriormente exposto, o objetivo deste trabalho é levantar o panorama atual da pós-graduação em Administração no que se refere ao ensino e pesquisa em gestão ambiental. São ainda apresentadas as vantagens associadas à gestão organizacional sustentável e os instrumentos de gestão ambiental úteis para um administrador contemporâneo, e que deveriam, portanto, ser objeto de estudo nos programas de pós-graduação. Pretende-se com este estudo ressaltar o papel fundamental da universidade como catalisadora para que a sociedade coloque em prática os princípios de sustentabilidade e demonstrar as vantagens da formação de administradores com viés ambiental para empresas sustentáveis.

Para alcançar o objetivo proposto se faz necessário, em primeiro lugar, levantar e apresentar o marco legal que ampara o assunto tratado, assim como o referencial teórico sobre temas relacionados à gestão ambiental produzido por pesquisadores brasileiros e publicado nas principais revistas brasileiras de administração.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Segundo Moreira (2011, p. 35), a evolução da gestão das questões ambientais no Brasil ocorreu em três etapas claramente definidas. Até o início da década de

1970 houve um período determinado de fase de alienação, caracterizada pelo processo de industrialização e em que os instrumentos legais e os órgãos públicos visavam as áreas de saneamento, conservação e preservação dos patrimônios natural, histórico e artístico, e atendiam problemas provocados por secas e por enchentes. Assim, apenas medidas paliativas eram colocadas em prática, após surgidos os problemas, e se mostraram inadequadas para evitar a aceleração da degradação ambiental.

Concomitantemente, vários desastres ambientais levaram organizações não governamentais a mostrar a fragilidade do tema, dando início ao chamado período de gestão ambiental passiva, que compreendeu as décadas de 1970 e 1980, período no qual foram criados órgãos governamentais com o objetivo de discutir temas sobre o assunto, coibindo-se atitudes predatórias e incentivando a discussão das questões ambientais por toda a sociedade. Essa posição provocou grandes modificações nos processos produtivos, com as organizações buscando formas de reduzir resíduos, efluentes e energia, reciclando materiais e reutilizando rejeitos de suas produções.

Chega-se à terceira fase da evolução da gestão ambiental, denominada de proativa, iniciada na década de 1990 e estendendo-se até os dias atuais. Continuou-se com a edição de normas e criação de órgãos com objetivos e competências definidas. É neste período, e pela pressão exercida pelos governos e pela sociedade, que as empresas e organizações privadas se mobilizaram, criando instrumentos como selos de qualidade, auditorias ambientais, responsabilidade social, logística reversa, educação ambiental, entre outros. Essas respostas foram respaldadas pelas vantagens que tais instrumentos trariam para as empresas que as implementassem, destacando maior acesso a mercados, seguros de menor custo, maior eficiência no processo produtivo, redução de custos e melhoria na imagem pública.

Na educação, a situação foi semelhante. O Programa Nacional de Educação Ambiental (ProNEA) (BRASIL, 2005) atribui à Conferência de Estocolmo, em 1972, a inserção da temática educação ambiental na agenda internacional, lembrando também que o reconhecimento da educação como uma estratégia para construir sociedades sustentáveis ocorreu com base no Programa Internacional de Educação Ambiental (PINEA) em 1975, patrocinado pela Unesco e pelo Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma), e também em 1977, com a 1ª Conferência Intergovernamental de Tbilisi (URSS), também organizada pela Unesco e pelo Pnuma, e onde se estabeleceu que o processo educativo deveria ser orientado para a resolução dos problemas concretos do meio ambiente, por meio de enfoques interdisciplinares e de participação ativa e responsável de cada indivíduo e da coletividade.

Tais iniciativas internacionais coincidiram com algumas poucas e erráticas iniciativas no Brasil, sendo a primeira mais significativa o estabelecimento da

Política Nacional de Meio Ambiente em 1981 que, assim como a Constituição Federal de 1988, ressalta a necessidade de incluir e promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino.

A Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, conhecida como Rio-92, catalisou diversas outras medidas de apoio ao tema, a começar pela criação, em 1991, do Grupo de Trabalho de Educação Ambiental do Ministério da Educação (MEC) e a própria criação do Ministério do Meio Ambiente (MMA) em 1992. Na Rio-92 se produziu a Carta Brasileira para Educação Ambiental, sendo lançadas as bases para o Projeto de lei nº 3.792/93 de uma política nacional de educação ambiental, a ser conduzida de forma integrada pelos sistemas nacionais de meio ambiente e de ensino. Anos de debate se seguiram, com a aprovação pelo Conselho Nacional de Educação, em 1997, dos Parâmetros Curriculares Nacionais, aplicáveis apenas ao Ensino Fundamental.

O ano de 1999 foi um importante marco desse processo, com a criação da Diretoria do Programa Nacional de Educação Ambiental (ProNEA), vinculada ao MMA e ao MEC. Também em 1999 houve a publicação da lei nº 9.795/1999 (e sua regulamentação por meio do Decreto nº 4.281/2002), que finalmente estabeleceu a Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA), segundo a qual tornou-se obrigatória a abordagem do tema em todos os níveis de ensino. A condução conjunta do MMA e do MEC permanece nessa configuração e, apesar das evidentes vantagens, resulta em um sistema intrincado de atribuições e competências, como detalhado no ProNEA (BRASIL, 2005, p. 53).

O país tem sido lento em definir ações concretas e responsabilidades pelo tema, como se pode observar pela publicação, apenas em 2007, de uma Proposta de Diretrizes Nacionais para a Educação Ambiental (BRASIL, 2007). Além disso, somente em maio de 2012 foi submetida à audiência pública uma proposta de resolução com o objetivo de finalmente estabelecer as diretrizes curriculares nacionais para a educação ambiental, incluindo todos os níveis do ensino.

Nesse meio tempo, as discussões em nível governamental e os documentos e legislações que vêm sendo produzidos nos últimos anos despertaram o interesse acadêmico pelo assunto, sobretudo nas áreas de economia, engenharias e ciências naturais. Na área de administração, no entanto, este interesse ficou evidente apenas a partir do início do novo milênio, quando pesquisadores brasileiros desenvolveram e publicaram artigos científicos direcionados à descrição e análise crítica dos movimentos sustentáveis, à identificação de práticas sociais, ao envolvimento com a gestão social e ambiental, à educação ambiental para profissionais das diversas áreas e à necessidade ou não da distinção dos conceitos de gestão ambiental e gestão social (BARBIERI; SILVA, 2011, CAPRA, 2006, SILVA FILHO, 2007, NASCIMENTO; LEMOS; MELLO, 2008, MAZZA et al., 2011).

Apesar do crescente interesse pelo tema, sua inserção no ensino e pesquisa em administração tem sido lenta. É importante destacar o artigo de Palma, Oliveira e Viacava (2011) envolvendo pesquisa em cursos de graduação em administração de universidades federais brasileiras buscando os temas sustentabilidade, gestão ambiental e responsabilidade social corporativa. Usaram para tal o cadastro das instituições de educação superior no Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEPE), em que constam 45 cursos de administração cujos sites foram, em seguida, acessados. Como resultados do estudo, os autores observaram que 33% dos cursos analisados incluem em suas grades curriculares o tema sustentabilidade e questões sociais, apenas cinco instituições oferecem cursos sobre gestão ambiental, e tão somente dois deles oferecem uma disciplina sobre responsabilidade social. Os autores concluem que, de acordo com os números obtidos, a capacidade dos administradores formados nestes cursos está comprometida para atender quesitos relacionados à gestão ambiental das organizações.

Da mesma forma, Jabbour, Santos e Barbieri (2008), ao apresentarem um balanço dos artigos científicos produzidos na área e publicados por importantes revistas da área de Administração, classificadas no Qualis da Capes (REAd, RAEe, RAC, RAP, RAE e RAUSP)¹, verificaram que apenas 2,3% do total de artigos publicados no período de 1996 a 2005 correspondem à área de gestão empresarial ambiental. Ainda, os autores afirmam que os artigos levantados estão concentrados em apenas cinco instituições: EAESP/FGV, USP, UFRGS, UFBA e UFSC (60% dos artigos) e por um restrito número de pesquisadores: quatro.

Identificar a inserção do tema gestão ambiental no ensino não é algo simples, dada a característica interdisciplinar do tema. Krugliankas (1993 apud GONÇALVES-DIAS et al., 2009) sugere que o tema gestão ambiental seja abordado no ensino superior por meio de um conjunto de disciplinas eletivas e/ou via inserção de tópicos sobre questões ambientais nas disciplinas tradicionais. Barbieri (2004) entende que o tema pode ser concebido como um eixo transversal, permeando diversas disciplinas nos cursos de ensino superior, sendo que uma disciplina específica sobre o tema só deveria ser oferecida nos cursos de pós-graduação (*stricto sensu* e *latu sensu*).

O artigo de Costa et al. (2008) avalia a importância dada por professores de IES de cursos de administração à área ambiental e deu origem ao artigo de Macedo, Freitas e Guerra (2013), que levou em consideração alguns atributos sugeridos, porém não incluídos na pesquisa de Costa et al. (2008). Esses dois grupos

¹ REAd – Revista Eletrônica de Administração; RAEe – Revista de Administração de Empresas Eletrônica; RAC – Revista de Administração Contemporânea; RAP – Revista de Administração Pública; RAE – Revista de Administração de Empresas; RAUSP – Revista de Administração da Universidade de São Paulo (USP).

de pesquisadores concluíram que, apesar de os professores considerarem a importância da inclusão das questões socioambientais nas grades curriculares, não é o que acontece na realidade. Na pesquisa empírica de Pinheiro et al. (2011) envolvendo universitários no Nordeste, há indícios de que a conscientização e sensibilização para o problema ajudam a transformar o discurso em prática, reforçando o importante papel das IES e de seus programas de pós-graduação para vencer o atual desafio ambiental.

2.1 PARADIGMAS AMBIENTAIS E EVOLUÇÃO DO PENSAMENTO EM GESTÃO AMBIENTAL

Silva, Reis e Amâncio (2011, p. 147) discorrem sobre os significados comumente atribuídos à sustentabilidade, associando-os a três paradigmas: antropocêntrico, ecocêntrico e, finalmente, sustentabilidade-centrismo, o qual poderia se configurar em uma síntese dos outros dois paradigmas, trazendo a discussão para o sentido original de sustentabilidade, isto é, aquele “associado à superação da dicotomia entre humanidade e natureza e à manutenção da biota como um todo em longo prazo”.

O paradigma antropocêntrico tem como ideia central a superioridade do ser humano, sendo a preservação da natureza tratada de forma instrumental, necessária como recurso econômico para as gerações futuras. Nesse paradigma alinham-se a maior parte das ações de gestão ambiental nas empresas, em que o foco é o desenvolvimento sustentável. Em oposição a essa linha, o paradigma ecocêntrico entende que a integridade e a estabilidade da biota é o foco, sendo o ser humano apenas uma parte dele e devendo, portanto, restringir seu consumo de modo a não colocar em risco algo que é frágil e sagrado. Em ambos os paradigmas extremos, há tanto visões individualistas como coletivistas.

Abordagens críticas aos dois paradigmas têm sido recorrentes, podendo-se citar o trabalho de Küpers (2011, p. 138) que assinala que os esforços têm levado a uma “suposta sensibilidade corporativa[...] e que [os construtos criados para analisar a sensibilidade corporativa ao tema] estão apenas gerando uma aparência de conformidade, servindo para legitimizar as grandes corporações”. No seu estudo, de orientação fenomenológica, Küpers defende que sustentabilidade pode ser apenas alcançada se as organizações, seus membros e a sociedade civil aprenderem a co-criar, a desenvolver e a praticar atitudes responsáveis. O autor propõe um modelo para a inter-relação que levaria mais do que à responsabilidade, que tem caráter normativo, mas sim à capacidade de responder aos desafios atuais (*responsiveness*). Como exemplos, o autor cita esforços conjuntos nas áreas de gestão do conhecimento e aprendizado organizacional como frentes que contribuiriam no processo.

O paradigma sustentabilidade-centrismo poderia e deveria ser uma síntese dos dois anteriormente citados, incorporando ideias como as de Küpers. No entanto, o termo sustentabilidade tem sido mais associado, no mundo empresarial, ao paradigma antropocêntrico (SILVA; REIS; AMÂNCIO, 2011). O paradigma antropocêntrico também se alinha com a corrente de pensamento econômico dita convencional, em que o crescimento econômico é o foco. Jacobi, Raufflet e Arruda (2011) lembram que mesmo os economistas ecológicos abordam o tema pela perspectiva da limitação dos recursos e da capacidade de absorção dos resíduos. Os mesmos autores prosseguem, alertando que as discussões sobre sustentabilidade nas escolas de administração têm sido fortemente apoiadas nesse pensamento econômico, apesar de estarem surgindo novas propostas conceituais, sendo interessante observar que algumas das reflexões de Jacobi, Raufflet e Arruda (2011) se alinham às ideias de Küpers (2011).

Apesar desta evolução, observa-se na prática e na vivência dos autores deste artigo que nem mesmo a visão limitada do paradigma antropocêntrico em sustentabilidade tem sido abordada como deveria nas universidades. Apesar de mais restritas, as ideias instrumentais e normativas do paradigma antropocêntrico são importantes catalisadores de aprendizado e de discussão nas empresas e em salas de aula, e sua ausência configura um sinal de alerta de que muito pouco evoluímos nesse sentido. De modo a identificar se ao menos tais ideias estariam sendo abordadas nos programas de pós-graduação em administração, foco dessa pesquisa, as seções 2.2 e 2.3 as apresentam em mais detalhes.

2.2 A GESTÃO AMBIENTAL E SUAS VANTAGENS SEGUNDO O PARADIGMA ANTROPOCÊNTRICO

Adota-se neste artigo a definição também usada por Fogliatti, Filippo e Gouardard (2004) para o meio ambiente como a junção de três meios: físico, biótico e antrópico ou, ainda, de dois ambientes: meio ambiente natural (que inclui os meios físico e biótico) e meio ambiente social (que equivale ao meio antrópico). Segundo essa perspectiva, não há a necessidade da distinção entre os conceitos de gestão ambiental e de gestão socioambiental, devido ao fato de que os programas ambientais ou sociais desenvolvidos e que fazem parte da gestão ambiental, da política ambiental e/ou dos estudos ambientais apresentados para fins de licenciamento ambiental da instalação ou operação da empresa, acabam, direta ou indiretamente, beneficiando o meio antrópico. Portanto este artigo referir-se-á sempre à gestão ambiental e à educação ambiental em seu sentido amplo, que inclui também a faceta social.

Entende-se por sustentabilidade empresarial a incorporação de critérios ambientais no processo de tomada de decisão, que não mais segue apenas crité-

rios econômico-financeiros para decidir sobre investimentos, sobre alterações do processo produtivo ou em produtos, sobre a escolha de provedores, e outros. Objetivos como a eliminação ou redução de passivo ambiental gerado pelas atividades desenvolvidas e pelos produtos comercializados, redução do consumo de insumos como água, eletricidade e gás, emprego de fontes de energia alternativas que menos agredem o ambiente, menor geração de resíduos líquidos e sólidos e correta destinação final dos mesmos, redução na emissão de gases do efeito estufa, respeito aos direitos humanos ao longo de toda a cadeia produtiva e outros, devem ser levados em consideração.

As empresas líderes têm consciência de que seu futuro depende de uma atuação responsável frente aos recursos ambientais e têm entendido que os objetivos da gestão tradicional – maximização de lucros e do valor das empresas –, não são mais suficientes para garantia de permanência e crescimento no mercado e, ainda, entendem que os objetivos da gestão ambiental, que incluem a cooperação, a inclusão, a transparência dos negócios e a responsabilidade ambiental, exercem maior apelo aos novos consumidores (DONAIRE, 1999; FOGLIATTI et al., 2011; TACHIZAWA; ANDRADE, 2008; PORTER, 2009), ficando evidente a necessidade de capacitar profissionais nessas novas direções.

Em outras palavras, as empresas contemporâneas – representadas por seus gestores – passam a assumir responsabilidade sobre toda a cadeia produtiva, desde a escolha dos fornecedores até a distribuição dos produtos aos consumidores e seu recolhimento, quando necessário for, no termo da sua vida útil, passando pelas atividades internas da empresa com o manuseio da matéria-prima e a sua conversão em produto final.

Apesar de ainda se tratar, em muitos setores, de uma atitude de natureza voluntária, ela não é totalmente isenta de pressões externas, pois tanto o investidor quanto o consumidor exercem poder, seja na liberação de empréstimos, seja na aquisição do produto final. A gestão sustentável das organizações tem associada, portanto, uma série de vantagens e de desafios. Dentre as vantagens, pesquisadores como Fogliatti et al. (2011), Donaire (1999) e Porter (2009), destacam:

- melhoria da imagem institucional junto aos *stakeholders*;
- diminuição dos riscos de produzir danos ambientais e, em consequência, de atuações para recuperar os danos provocados;
- criação de oportunidades para redução dos custos diários;
- atração de consumidores conscientes quanto à necessidade de produtos e atividades não invasivas;
- maior competitividade nos mercados nacional e internacional;
- maior possibilidade de obtenção de empréstimos;

- maiores benefícios intangíveis em função da padronização dos processos e do treinamento e capacitação dos funcionários;
- economias advindas do controle do consumo de insumos e do aproveitamento de resíduos;
- incremento de receitas com produtos que contribuem para a diminuição da poluição;
- aumento da produtividade pelo alto comprometimento dos funcionários conseguido pelas novas relações de trabalho;
- fonte de oportunidades, inovação e vantagem competitiva.

Ainda, Porter e Kramer (2006 apud PORTER, 2009) recomendam uma operação salutar que garanta a geração de lucros duradouros evitando comportamentos sociais perniciosos e racionalizando o consumo de recursos naturais, renováveis e não renováveis. Esses autores lembram que o cumprimento rigoroso dos padrões regulatórios vigentes protegem produtos e empresas de riscos futuros. Do ponto de vista governamental, Sachs (2008) apresenta três ações para alcançar o desenvolvimento sustentável: sustentabilidade ambiental, estabilização populacional e fim da miséria.

No entanto, para colocar em prática a gestão sustentável existem alguns desafios, destacando entre eles a necessidade de profissionais capacitados e especializados nas estratégias desse tipo de gestão. A formação desses profissionais da administração acontece nos cursos de graduação, enquanto a especialização em gestão sustentável e a formação dos professores de graduação nesse tema deveriam acontecer nos cursos correspondentes da pós-graduação. Assim sendo, são estes últimos cursos que devem ter suas grades curriculares revisadas, a fim de melhor prepararem seus alunos para uma gestão contemporânea, também denominada por alguns autores de gestão ambiental.

2.3 A GESTÃO AMBIENTAL E SEUS INSTRUMENTOS

Segundo Fogliatti et al. (2011), a gestão ambiental deve ser entendida como um conjunto de ações adotadas no âmbito de uma organização visando a máxima racionalidade de seus processos, de forma a conservar, proteger e melhorar o meio ambiente e formas de controle e monitoramento. A adoção deste tipo de gestão, quando de natureza voluntária, é sinônimo de preocupação com a sustentabilidade da organização por parte de quem a adota e evidencia um comportamento proativo nessa direção.

Existem alguns instrumentos associados à gestão ambiental de organizações e que devem ser do conhecimento de administradores nos dias de hoje e, portanto, deveriam ser incluídos nas ementas de algumas das disciplinas da

grade curricular de um curso de pós-graduação em administração, de forma a incentivar estudos e pesquisas de temas vinculados.

Esses instrumentos são apresentados a seguir, incluindo uma breve descrição contendo objetivo, origem e natureza de cada um:

Auditoria ambiental: considerada uma ferramenta de proteção preventiva e proativa do meio ambiente, surgiu na década de 1970 nos Estados Unidos, com o objetivo de reduzir passivos ambientais criados pela operação/produção/prestação de serviço de uma dada empresa. Exige o desenvolvimento de um diagnóstico detalhado físico, operacional e de recursos (humanos, financeiros e equipamentos) da real situação da empresa ao longo de toda a cadeia produtiva de modo a viabilizar a definição de medidas de mitigação e/ou de correção de desvios de metas pré-estabelecidas. Pode ter natureza voluntária, quando realizada por vontade da própria empresa, ou pode ser desenvolvida por força da lei após suspeita de descumprimento de algum requisito legal.

Licenciamento ambiental: processo de natureza obrigatória por lei, a ser iniciado previamente à instalação, operação e ampliação de atividades com potencial poluidor. No Brasil teve início na década de 1970 com o objetivo de reduzir ou evitar falhas de planejamento, dimensionamento e/ou localização de atividades. Trata-se de um processo administrativo e, como tal, deve ser aberto, visível e participativo. O artigo oitavo da Resolução 237/1997 do Conama descreve os estudos exigidos para a solicitação dessa licença (que se desdobra em três tipos: prévia, de instalação e de operação). Um dos estudos comumente exigidos são os estudos ambientais.

Estudos ambientais: tipo de estudo a ser desenvolvido para apresentação na solicitação de licenciamento ambiental. Tem natureza obrigatória para atividades com potencial poluidor e o seu conteúdo encontra-se descrito em várias das Resoluções do Conama: 01/1986, 11/1986, 10/1990, 312/2002, 308/2002, 289/2001, 279/2001, 264/2000, 237/1997 etc. Por esse conteúdo contemplar a descrição detalhada de todos os componentes ambientais presentes na área de influência da organização a ser instalada, deve ser realizada por uma equipe multidisciplinar de profissionais.

Selos e certificações ambientais: de natureza voluntária, surgiram na Europa no final da década de 1970 e no Brasil o programa de rotulagem ambiental só teve início em 1993, desenvolvido pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT). Os selos constituem um meio visual de orientação aos consumidores sobre os produtos ou serviços prestes a serem comprados ou contratados, em relação aos seus efeitos sobre o meio ambiente. Já as certificações ambientais estão direcionadas aos processos de produção de bens e atestam a relação da indústria com o meio ambiente.

Responsabilidade social: é o conjunto de atividades éticas colocadas em prática por agentes sociais, cidadãos, órgãos públicos e privados, com ou sem fins

lucrativos, voltadas para o desenvolvimento sustentável da sociedade. Trata-se de um processo dinâmico de natureza voluntária cujas origens datam das décadas de 1950 e 1960 nos Estados Unidos e na Europa, respectivamente, e que custaram a chegar no Brasil. Somente na década de 1980 a situação política no país permitiu a abertura e desenvolvimento de sindicatos e movimentos sociais, básicos para esse tipo de comportamento. Foi apenas na Constituição Brasileira de 1988 que a responsabilidade social do primeiro setor teve suas bases.

Gestão ambiental: forma de administrar atividades e suas relações com o meio ambiente em que a empresa desenvolve suas práticas, buscando processos, procedimentos, matérias-primas, práticas laborais, fontes de energia e outros fatores que mitiguem efeitos negativos ou que evitem degradações desnecessárias. Procedimentos de diagnóstico e de prognósticos devem ser desenvolvidos para a obtenção de informações sobre todas as atividades inerentes à empresa que permitam alinhar planos, ações e programas ambientais. Esse tipo de gestão surgiu no Canadá (CAMPOS, 2001) na década de 1980, espalhando-se rapidamente pelo mundo. Sua natureza é voluntária e sua estrutura segue normas internacionais como a ISO 14001 de 1996.

Outros temas como ecoeficiência, implementação de logística reversa, análise de ciclo de vida, são também necessários para o currículo do administrador, contemporâneo.

3 PROCEDIMENTO METODOLÓGICO

Observando-se o atual estágio da legislação brasileira sobre educação ambiental, assim como as vantagens vinculadas à adoção de gestão sustentável e as ferramentas de que as empresas dispõem para implementá-la, já descritas no item 3.2 da Seção 3, cabe agora identificar o atual estágio do ensino e pesquisa nos programas brasileiros de pós-graduação em Administração.

Este trabalho faz tal diagnóstico por meio de uma pesquisa documental no site do CNPq (2012), onde foram identificados, na grande área ciências sociais e aplicadas e na área de administração, 757 grupos de pesquisa de programas de pós-graduação localizados em universidades, instituições isoladas de ensino superior, institutos de pesquisa científica, institutos tecnológicos e laboratórios de pesquisa e desenvolvimento de empresas estatais ou ex-estatais. Estes grupos foram filtrados pelos seus títulos, pelos títulos das linhas de pesquisa, ou de suas palavras-chave, de modo a considerar apenas aqueles que contivessem quaisquer das seguintes palavras: social, ambiental, responsabilidade e sustentabilidade. Estes grupos foram confirmados como efetivamente pertencentes à temática de

gestão ambiental após revisão, um a um, restando apenas 212 grupos considerados nesta pesquisa como correlatos ao tema.

Também em pesquisa documental no site da Capes (2012) foram identificados os programas e cursos de pós-graduação em Administração reconhecidos e recomendados por essa coordenação, ou seja, aqueles que obtiveram nota igual ou superior a três na avaliação da Capes e que, portanto, atendem aos requisitos básicos de qualidade que permitem a emissão de diplomas de mestrado ou doutorado com validade nacional. Optou-se por incluir na presente pesquisa, dentro da grande área de administração, os cursos de administração, administração de micro e pequenas empresas, administração de organizações, administração e controladoria, administração e desenvolvimento empresarial, administração e desenvolvimento rural, administração e negócios, administração pública, administração pública e governo, administração universitária, gestão ambiental e sustentabilidade, gestão de projetos, gestão do desenvolvimento local sustentável, gestão e estratégia em negócios, gestão e negócios, gestão e políticas públicas, gestão em organizações aprendentes, gestão empresarial, gestão internacional, gestão estratégica de organizações e gestão pública. Identificados os programas e cursos reconhecidos e recomendados, procedeu-se a uma pesquisa nos sites das instituições que os acolhem, de modo a identificar a existência de disciplinas que abordam temas ligados à sustentabilidade e gestão ambiental. As ementas e programas de cada disciplina, quando divulgados, foram analisados, extraíndo-se dali os principais temas abordados.

Finalmente, foi desenvolvida uma pesquisa complementar ao trabalho de Jabbour, Santos e Barbieri (2008), apresentado na Seção 3, identificando-se em seis periódicos nacionais da área de administração – RAC, RAP, RAUSP, REAd, RAE, RAEe –, e para o período 2006-2012, o número de publicações sobre gestão ambiental, seus autores e instituições de ensino.

Os resultados destas pesquisas estão descritos na Seção 4, nos itens 4.1, 4.2 e 4.3, respectivamente.

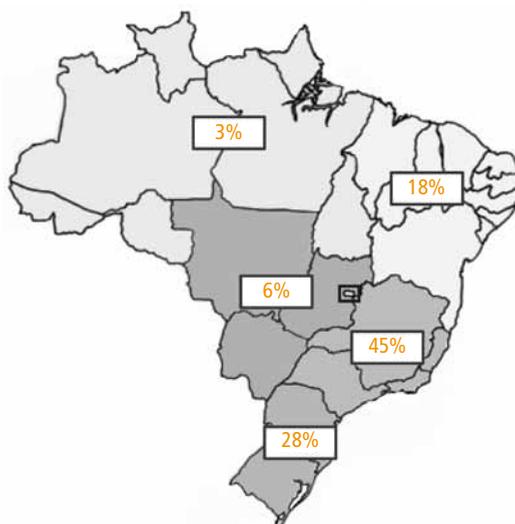
4 RESULTADOS E ANÁLISES

4.1 GRUPOS DE PESQUISA/CNPQ

Em 2010, de um total de 27.523 grupos de pesquisa cadastrados no CNPq (2012), 757 referiam-se à área de administração (2,8%), distribuídos regionalmente como ilustrado na Figura 1.

FIGURA 1

DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS 757 GRUPOS DE PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO EXISTENTES EM 2010, CONFORME CENSO 2010



Fonte: Elaborada pelos autores.

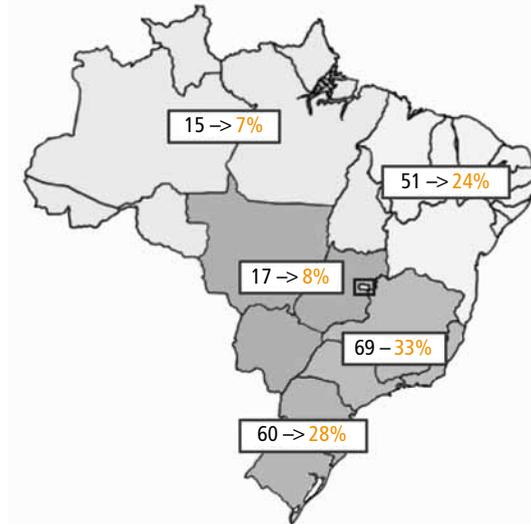
Em média, 50 novos grupos de pesquisa em Administração têm sido registrados a cada ano no CNPq desde 2002, levando os autores deste artigo a estimar a existência de cerca de 860 grupos de pesquisa nesta área em 2012. A pesquisa revelou que havia, em agosto de 2012, 212 grupos de pesquisa em administração abordando tópicos relacionados à gestão ambiental, identificados conforme já detalhado na Seção 3 – Metodologia. Desta forma, cerca de somente 25% dos grupos de pesquisa em administração demonstram interesse no tema. Na Figura 2 ilustra-se a distribuição regional dos grupos.

Comparando os resultados ilustrados nas figuras 1 e 2, observa-se que há maior inserção relativa ao tema gestão ambiental nos grupos de pesquisas das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, especialmente a partir do ano de 2002. Isso faz sentido por serem novas fronteiras de desenvolvimento, sendo que tal desenvolvimento ocorre agora, em um mundo mais exigente com relação a questões ambientais, tais como o desmatamento e o uso sustentável dos recursos naturais e da terra.

Causa estranheza que a região Sudeste, polo formador de grande parte dos administradores e sede de instituições entre as mais antigas do país, tenha esse posicionamento relativo mais tímido em gestão ambiental. De qualquer forma, os 69 grupos de pesquisa do Sudeste que abordam tópicos de gestão ambiental representam ainda um número relevante, sendo importante também ressaltar

FIGURA 2

DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS 212 GRUPOS DE PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO COM TEMAS LIGADOS À GESTÃO AMBIENTAL



Fonte: Elaborada pelos autores com base no inventário do CNPq (2012).

que entre os cinco grupos de pesquisa mais antigos no tema, quatro são da região Sudeste (três da Universidade de São Paulo (USP), iniciados em 1978, 1983 e 1990, um da Fundação Getúlio Vargas (FGV), em 1991; a Universidade Federal da Bahia (UFBA), no Nordeste, tem um grupo de pesquisa iniciado em 1986).

A inserção de tópicos relacionados à gestão ambiental nos grupos de pesquisa se deu lentamente no país, a considerar o tempo de existência dos grupos de pesquisa atualmente reportados no inventário do CNPq: o mais antigo grupo data de 1978, e no período 1978-1992, apenas um novo grupo com interesse no tema foi formado, a cada ano. No período 1996-2001, essa média aumentou ligeiramente para 1,5 novos grupos/ano. Apenas de 2002 em diante é que essa média sobe para 18 novos grupos/ano, provavelmente como reflexo da criação da diretoria do ProNEA em 1999, assim como da publicação da lei nº 9.795/1999, que estabeleceu a Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA), e de sua regulamentação por meio do Decreto nº 4.281/2002, tornando obrigatória a abordagem do tema em todos os níveis de ensino. Vale observar que este levantamento não leva em conta grupos devotados ao tema que tenham sido eventualmente encerrados até a data de corte desta pesquisa, julho de 2012, porém os dados apresentados são ainda úteis para ressaltar a importância da regulamentação do tema em nível governamental para que os esforços de pesquisa se alinhem aos interesses do país e do mundo na questão ambiental.

O foco epistemológico e ontológico adotado pelos 212 grupos de pesquisa que tratam de gestão ambiental seria mais corretamente identificável por meio da análise da produção acadêmica atrelada a tais grupos, porém essa informação ou não é disponível ou é incompleta no site do CNPq. De qualquer forma, com base na descrição dos objetivos do grupo de pesquisa e da linha de pesquisa, assim como das palavras-chave do grupo, pode-se identificar que em 50% dos grupos a conexão com o tema gestão ambiental é genérica, ou seja, mencionam-se os termos mais amplos, tais como responsabilidade social, responsabilidade ambiental, sustentabilidade, gestão ambiental, desenvolvimento sustentável, sem qualquer detalhamento quanto ao foco da pesquisa.

Em 22% dos grupos o foco é mais claramente o homem em seu ambiente, mencionando-se, além dos termos genéricos anteriormente relatados, temas como inclusão social, projetos sociais, educação ambiental, movimentos e práticas sociais, organizações sociais, rede social, satisfação social, gestão social, desenvolvimento social, desenvolvimento e cidadania, prioridades sociais, economia solidária, identidade social, envolvimento social corporativo, empreendedor social, empreendedorismo, aprendizagem social, entre outros. Esses grupos aparentam ter uma visão também antropocêntrica, embora coletivista.

Em 26% dos grupos, o foco é mais claramente instrumental, isto é, mencionam-se não só os termos genéricos, mas também o ferramental funcionalista descrito na Seção 2.3, além de outros, a saber: auditoria ambiental, indicadores ambientais e/ou de sustentabilidade, balanço social, contabilidade ambiental, logística ambiental, controle e mensuração contábil financeira, ferramentas de gestão ambiental, custos ambientais, licenciamento ambiental, licitações sustentáveis, avaliação do investimento social, governança, auditoria e perícia, direito ambiental.

Menos de 2% dos grupos foca o “consumidor verde”, ligados claramente a grupos de pesquisa em *marketing* e que estudam consciência ambiental, consumo sustentável, comportamento do consumidor, psicologia social do comportamento do consumidor. Não pudemos identificar se a abordagem em *marketing* tem sido também apenas instrumental. A baixa presença de grupos com foco no consumidor causa surpresa e mostra o quão distante estamos da visão integrativa de Küpers (2011). Cerca de 15% dos grupos focam Inovação², grupos esses talvez mais alinhados com a ideia de Küpner de que os esforços devem buscar soluções para os desafios (*responsiveness*).

A evolução desses grupos de pesquisa no tempo, a considerar as datas em que foram criados e suas temáticas focais, não permite identificar sinais de

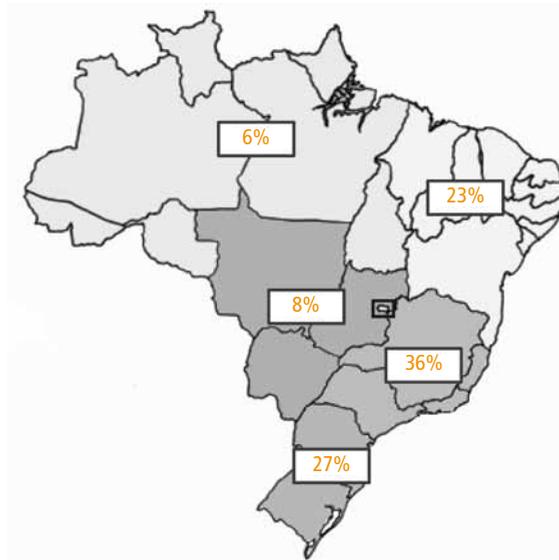
² Os percentuais somam mais de 100%, dado que alguns grupos estão em mais de uma das cinco categorias focais (apenas genérico, homem em seu ambiente, instrumental, consumidor verde, inovação).

migração dos interesses para nenhum dos temas específicos. A única exceção é o ano de 2010, quando foram formados 11 novos grupos abordando também inovação, o que equivale a 64% dos novos grupos formados naquele ano. No entanto, de 2011 em diante o tema voltou aos patamares históricos, bem inferiores – um a quatro novos grupos por ano.

Os grupos de pesquisa com interesses na área de gestão ambiental pertencem a 112 instituições, distribuídas conforme detalhado na Figura 3.

FIGURA 3

**DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DAS 112
INSTITUIÇÕES QUE ACOLHEM GRUPOS
DE PESQUISA ENVOLVIDOS
COM GESTÃO AMBIENTAL**



Fonte: Elaborada pelos autores com base no censo 2010 de grupos de pesquisa do CNPq (2012).

Entre as 112 instituições com grupos de pesquisa que têm algum envolvimento em gestão ambiental, 43 são instituições que têm cursos de pós-graduação reconhecidos/recomendados pela Capes. O número de instituições com cursos de pós-graduação em administração recomendados/reconhecidos totaliza 73, isto é, 41% dessas instituições que têm a chancela da Capes não abordam tópicos relacionados ao tema gestão ambiental em seus grupos de pesquisa, demonstrando o impacto de que tal requisito não é hoje ponto fundamental no processo de reconhecimento dos cursos.

4.2 DISCIPLINAS EM CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO RECONHECIDOS PELA CAPES

Da relação dos cursos recomendados e reconhecidos pela Capes (2012) nas áreas de administração e excetuando-se apenas os cursos de contabilidade e ciências atuariais, observou-se a existência de 127 cursos de mestrado profissionalizante (39), mestrado acadêmico (56) e doutorado (32), resultando na distribuição ilustrada na Gráfico 1.

GRÁFICO 1

CURSOS RECOMENDADOS/RECONHECIDOS PELA CAPES, NA ÁREA DE ADMINISTRAÇÃO



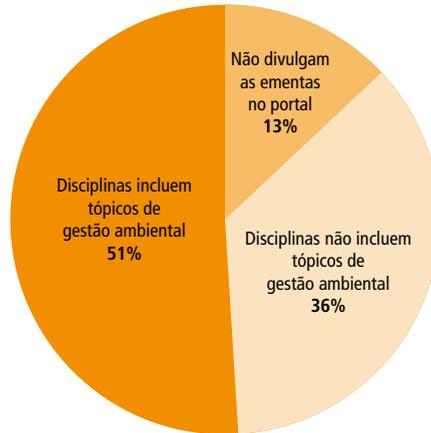
Fonte: Elaborado pelos autores.

Em seguida, foram analisadas as grades curriculares dos 127 cursos, constatando-se que 16 deles não as divulgam no portal, 45 não contêm qualquer tópico relacionado à gestão ambiental, enquanto os 66 cursos restantes apresentam diversos desses tópicos no bojo de várias disciplinas. No Gráfico 2 apresenta-se a distribuição observada, enquanto na Figura 4 listam-se os tópicos considerados em disciplinas desses 66 cursos.

Quanto aos temas abordados nas disciplinas dos cursos de pós-graduação em administração, e que estão relacionados à gestão ambiental, os mesmos estão apresentados na Figura 4, lembrando que eles podem constituir uma disciplina *per se* ou apenas ser parte da ementa de outras disciplinas, nem sempre com objetivos claramente focados em gestão ambiental, dado o caráter transversal do tema.

GRÁFICO 2

DISTRIBUIÇÃO DOS CURSOS RECOMENDADOS/RECONHECIDOS, CONFORME A ABORDAGEM OU NÃO DE TÓPICOS RELACIONADOS À GESTÃO AMBIENTAL



Fonte: Elaborado pelos autores.

FIGURA 4

TÓPICOS RELACIONADOS À GESTÃO AMBIENTAL QUE SÃO ABORDADOS NOS CURSOS RECOMENDADOS/RECONHECIDOS PELA CAPES

Responsabilidade social e corporativa
Ética organizacional
Indicadores de sustentabilidade
Meio ambiente e desenvolvimento sustentável
Gestão ambiental
Inovação e desenvolvimento sustentável
Regulação ambiental

(continua)

FIGURA 4 (CONCLUSÃO)

TÓPICOS RELACIONADOS À GESTÃO AMBIENTAL QUE SÃO ABORDADOS NOS CURSOS RECOMENDADOS/RECONHECIDOS PELA CAPES

Variáveis socioambientais
Impactos ambientais
Educação ambiental
Ferramentas de gestão ambiental
Consumo e sustentabilidade
<i>Marketing</i> responsável
Programas e projetos sociais
Economia do meio ambiente

Fonte: Elaborada pelos autores.

Pouco mais da metade dos 127 cursos oferecem nas suas diversas disciplinas tópicos associados à gestão ambiental, como os relacionados na Figura 4, seguindo, portanto, as instruções do ProNEA (2005), no sentido de observar a transversalidade e o caráter interdisciplinar da questão ambiental, e segundo as quais os conceitos a ela associados devem permear as grades curriculares. Observou-se, como pontos fracos, que apenas oito cursos (6%) incluem a apresentação de algum dos instrumentos associados à gestão ambiental, como detalhados na Seção 3.2, e que a percentagem de cursos que ainda não incorporam o conceito de sustentabilidade nas suas grades curriculares é significativa: 36%.

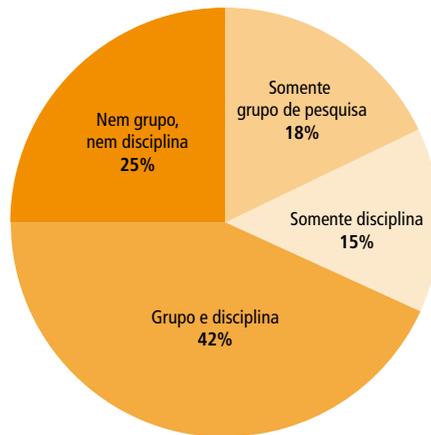
Este último resultado é, no entanto, melhor do que o obtido por Palma, Oliveira e Viacava (2011) envolvendo cursos de graduação em administração de universidades federais brasileiras, nos quais se observou que 67% dos 45 cursos analisados não incluíam em suas grades curriculares o tema sustentabilidade e questões sociais.

Considerando-se que a inserção do tema nas instituições que têm cursos de pós-graduação reconhecidos/recomendados pela Capes ocorre não só nas grades curriculares, mas, também, conforme detalhado na Seção 5.1, nos seus grupos de

pesquisa, mostra-se no Gráfico 3 que, ainda assim, pelo menos 25% dessas instituições não abordam temas de gestão ambiental em nenhuma dessas duas frentes.

GRÁFICO 3

DISTRIBUIÇÃO DAS INSTITUIÇÕES QUE TÊM CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO RECONHECIDOS/RECOMENDADOS PELA CAPES, CONFORME A PRESENÇA DE DISCIPLINAS E/OU DE GRUPOS DE PESQUISA QUE ABORDAM O TEMA GESTÃO AMBIENTAL



Fonte: Elaborado pelos autores com base no inventário de grupos de pesquisa do CNPq (2012) e nas disciplinas oferecidas pelos de cursos reconhecidos/recomendados da Capes (2012).

Os dados apresentados no Gráfico 3 são na realidade otimistas, dado que incluem como tendo disciplinas que abordem tópicos de gestão ambiental aquelas instituições que não divulgam suas ementas no portal. Se tais instituições fossem excluídas da amostra, 27% das instituições com cursos reconhecidos/recomendados não teriam nada no tema gestão ambiental, o que alerta para a necessidade de se refletir se esse tópico deveria ser considerado nas avaliações das instituições.

4.3 ARTIGOS PUBLICADOS NO PERÍODO 2006-2012

Do levantamento realizado nos periódicos RAC, RAP, RAUSP, READ, RAE, RAEe, observou-se que, do total de artigos publicados no período 2006-2012, 6,2% trataram o tema relativo à gestão ambiental. Isso representa alguma evolução em relação aos resultados obtidos por Jabbour, Santos e Barbieri (2008) para

o período 1996-2005, em que essa representatividade era de apenas 2,3%. A inserção do tema ainda é baixa, embora se deva alertar que, considerando cada periódico individualmente, ela é bastante diferenciada, variando de 1,2% a 10,2%.

Observou-se um maior número de autores envolvidos com o tema, vinculados a um maior número de instituições de ensino e pesquisa, em relação ao verificado no estudo de Jabbour, Santos e Barbieri (2008). É interessante mencionar o crescimento da produção acadêmica em gestão ambiental de instituições nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste a partir de 2002, acompanhando o crescimento dos grupos de pesquisa nas mesmas regiões, conforme detalhado na Seção 5.1.

Os temas mais recorrentes no período do estudo, 2006-2012, foram: ética e responsabilidade social, gestão ambiental e processos de certificação, educação ambiental em administração, desenvolvimento de produtos e tecnologias sustentáveis, economia/investimento/contabilidade ambiental, sustentabilidade, passivo ambiental, ações sociais e comunicação ambiental. Não foi possível identificar no período do levantamento qualquer tendência específica para um ou outro tema.

Embora existam artigos com visão menos instrumental e com viés crítico ou fenomenológico, foge ao escopo de nossa pesquisa uma análise do conteúdo e das metodologias ali utilizados, ficando como sugestão para trabalhos futuros que o conteúdo dessa produção acadêmica seja mais bem analisado.

5 CONCLUSÕES

Do estudo realizado pode-se concluir que o ensino e a pesquisa da pós-graduação em administração brasileira ainda não possui a expressividade desejada em um tema tão importante quanto o da gestão ambiental. Observou-se no decorrer da presente pesquisa que, ao contrário do que acontece em outras áreas do conhecimento, como a das engenharias, na qual fica explícita a preocupação da academia quanto ao avanço da busca por sustentabilidade, apenas 25% dos cursos de pós-graduação da área de administração oferecem disciplinas especificamente direcionadas para gestão ambiental e tão somente 6% do total apresentam ferramentas da gestão ambiental. Mesmo considerando-se a característica interdisciplinar do tema e, portanto, que a abordagem de tópicos relacionados à gestão ambiental em distintas disciplinas poderia representar contribuição suficiente para a formação de gestores e/ou professores, observou-se que apenas 51% dos cursos de pós-graduação encontram-se nessa categoria.

Entretanto, constatou-se que houve um crescimento no número dos grupos de pesquisa envolvidos no tema (de um novo grupo/ano no período 1978-2001 para 18 grupos/ano no período 2002-2012), e também da inserção do tema em periódicos de relevância nacional em administração, dos 2,3% observados por Jabbour et al. (2008) entre 1996-2005 para 6,2% no período 2006-2012. Esses resultados refletem o impacto da regulamentação da Política Nacional de Educação Ambiental, em 2002 (lei nº 9.795/1999, decreto nº 4.281/2002). O crescimento observado nos grupos de pesquisa no tema foi maior no Nordeste, Norte e Centro-Oeste do país, impulsionando a produção acadêmica em gestão ambiental em regiões que representam justamente as novas frentes de desenvolvimento do país.

Causa preocupação que 25% das instituições com cursos de pós-graduação reconhecidos/recomendados pela Capes não abordem qualquer tema relacionado à gestão ambiental em suas disciplinas, nem possuam grupos de pesquisa cadastrados no CNPq sobre o assunto, levando à reflexão sobre a possibilidade de considerar esse item no processo de avaliação das instituições de ensino superior, conduzido pela Capes.

A considerar unicamente o conteúdo expresso no site do CNPQ para os grupos de pesquisa, há indícios de que a orientação da pesquisa ainda é antropocêntrica e com ainda baixo foco na inovação e no consumidor. No entanto, apenas uma pesquisa mais aprofundada da produção acadêmica desses grupos de pesquisa permitiria conclusões sobre a questão, sendo esta uma sugestão para trabalhos futuros. Além disso, sugerimos que esta produção acadêmica, incluindo a publicada em periódicos, seja mapeada segundo os paradigmas ambientais adotados.

É importante que a área de administração dedique mais espaço ao tema gestão ambiental, deixando claro que negócios verdes podem ser negócios lucrativos quando a inovação entra em jogo. Exemplos da união de inovação com os cuidados ambientais necessários e que se apresentam como negócios lucrativos já são de amplo conhecimento público e, portanto, a ideia de que ser sustentável sai caro para a empresa deveria deixar de circular e dar lugar ao conceito de que preservação ambiental e produtividade empresarial não são termos concorrentes, mas sim paralelos.

Como a produção científica acadêmica depende fortemente da capacitação de professores e estudantes, deduz-se a necessidade de incluir nas grades curriculares da pós-graduação disciplinas e/ou tópicos que colaborem com a formação de profissionais capacitados não apenas para esta produção, mas também para administrar organizações contemporâneas de todos os setores. Igualmente importante, faz-se necessário estimular a formação de um maior número de grupos de pesquisa no tema.

ENVIRONMENTAL MANAGEMENT EDUCATION & RESEARCH IN BRAZILIAN GRADUATE COURSES OF BUSINESS ADMINISTRATION

ABSTRACT

In Brazil, environmental education became mandatory for every level of the educational spectrum only from 1999 on, when Law 9795 established the National Policy for Environmental Education – PNEA. Nevertheless, courses in business administration – BA have lagged behind other courses in implementing environmental education, perhaps because business managers took longer to realize that sustainable businesses can also be more profitable. Only when managers realize that sustainable actions also promote innovation, do they understand that environmental protection and productivity are not antagonist forces. This article aims at identifying if the educational system and/or the academic research in BA have been helping widespread this understanding, by analyzing Brazilian BA graduate courses. One main conclusion, drawn from the data registered at the National Council for Scientific and Technological Development – CNPq, is that only 25% of research groups address topics related to sustainable management. 93% of research groups started activities from 2002 on, signaling that concrete measures at governmental level – such as the enforcement of Law 9795/1999 in 2002 – do help promote environmental education. Analyzing the content of the courses offered by graduate programs that have been recognized or recommended by the Coordination for the Qualification of Higher Education Personnel – Capes, we concluded that only 51% of those graduate programs address environmental topics and a mere 6% actually teach tools necessary for a sustainable business management. 25% of the recognized graduate programs neither have research groups nor courses that address environmental/sustainability issues, highlighting that additional effort at government's level – perhaps a change in the evaluation process of higher education institutions – might be necessary to induce the BA field to better contribute to the dissemination of a sustainability mindset in the corporate world. Finally, we concluded that 6.2% of the articles published in the six main Brazilian periodicals in BA in 2006-2012 were somehow related to environmental/sustainable management. This represents an improvement when compared to the 2.3% result obtained by Jabbour et al (2008) for the 1996-2005 period, but this percentage corroborates the overall conclusion that environmental education and research in Brazilian BA graduation programs, although in expansion, is still incipient.

KEYWORDS

Business Administration; Environmental Education & Research; Sustainability; Sustainable Management; Environmental Management.

ENSEÑANZA E INVESTIGACIÓN EN GESTIÓN AMBIENTAL EN LOS PROGRAMAS BRASILEÑOS DE POSGRADO EN ADMINISTRACIÓN

RESUMEN

En Brasil, la educación ambiental pasó a ser obligatoria en todos los niveles de enseñanza a partir de 1999 con la ley 9.795 que instituyó la Política Nacional de Educación Ambiental-PNEA. La administración se mantuvo ajena a ese movimiento, por la dificultad de los administradores en entender que negocios ‘verdes’ pueden generar beneficios. Al comprender que la sostenibilidad trae también innovación, se entiende que la preservación ambiental y la productividad empresarial deben seguir caminos confluentes. Este trabajo objetiva verificar si esa confluencia es llevada en cuenta en la enseñanza y en la investigación en administración, a partir de un diagnóstico del panorama actual del posgrado en lo que se refiere a la gestión ambiental. Como conclusiones del trabajo realizado se observó que de los grupos de investigación registrados en el Consejo Nacional de Investigación Científica y Tecnológica – CNPq en el área de Administración, 25% abordan temas de gestión ambiental, siendo que 93% de esos grupos se originaron después del año 2002, quedando explícita la importancia de las acciones concretas del gobierno en la promoción de la educación ambiental. La investigación de los currículos de las Instituciones de Enseñanza Superiores – IESs con cursos de maestría y/o doctorado reconocidos/recomendados por la Coordinación de Perfeccionamiento de Personas de Nivel Superior – CAPES, permitió concluir que 51% de los cursos ofrecen temas de gestión ambiental y solo 6% ofrecen algunas de las herramientas a ella asociadas. 25% de los cursos no tienen grupos de investigación ni ofrecen disciplinas de gestión ambiental, resaltando así la necesidad de nuevos esfuerzos del sector gubernamental, tal vez en la forma de avaliar las IESs, para que el área de administración mejor contribuya con la sostenibilidad de los sectores productivos. Finalmente se observó que del total de trabajos publicados en el período 2006-2012 en 6 de los principales periódicos nacionales de administración, solo 6,2% trataron de temas de gestión ambiental, representando evolución en relación a los 2,3% reportados por Jabbour et al (2008) para el período 1996-2005, pero confirma que la producción científica nacional de Brasil en gestión ambiental, a pesar de estar en expansión, todavía es incipiente.

PALABRAS CLAVE

Administración; Educación e Investigación Ambiental; Sostenibilidad; Administración Sostenible; Gestión Ambiental.

REFERÊNCIAS

- BARBIERI, J. C. Educação ambiental e a gestão ambiental em cursos de graduação em administração: objetivos, desafios e propostas. *Revista de Administração Pública*, v. 38, n. 6, p. 919-946, 2004.
- BARBIERI, J. C.; SILVA, D. Desenvolvimento sustentável e educação ambiental: uma trajetória comum com muitos desafios. *Revista de Administração da Mackenzie*, v. 12, n. 3, p. 51-82, maio-jun. 2011.
- BRASIL. Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 28 abr. 1999. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19795.htm>. Acesso em: jul. 2012.
- BRASIL. Ministério da Educação. Coordenação Geral de Educação Ambiental. Ministério do Meio Ambiente. Diretoria de Educação Ambiental. *Programa Nacional de Educação Ambiental – ProNEA*. 3. edição. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2005.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. *Proposta de diretrizes nacionais para a educação ambiental*. Brasília, 2007.
- CAMPOS, L. M. S. SGADA – *Sistema de Gestão e Avaliação de Desempenho Ambiental*: uma proposta de implementação. 2001. Dissertação (Mestrado)–Universidade Federal de Santa Catarina, Santa Catarina, 2001.
- CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Ministério da Educação (MEC). Brasil. Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/avaliacao/cursos-recomendados-e-reconhecidos>>. Acesso em: jul. 2012.
- CAPRA, F. *Alfabetização ecológica: a educação das crianças para um mundo sustentável*. São Paulo: Cultrix, 2006.
- CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI). Brasil. Plataforma Lattes. Diretório dos Grupos de Pesquisa. Disponível em: <<http://dgp.cnpq.br/censos>>. Acesso em: jul. 2012.
- COSTA, J. F. et al. A gestão ambiental na formação em administração: uma análise da perspectiva dos alunos. In: Encontro Nacional de Gestão Empresarial e Meio Ambiente (Engema), 2008, Porto Alegre. *Anais...* Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2008.
- DONAIRE, D. *Gestão ambiental na empresa*. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1999.
- FOGLIATTI, M. C.; FILIPPO, S.; GOUDARD, B. *Avaliação de impactos ambientais*. Aplicação aos sistemas de transporte. Rio de Janeiro: Interciência, 2004.
- FOGLIATTI, M. C.; CAMPOS, V. B. G.; FERRO, M. A. C.; SINAY, L.; CRUZ, I. *Sistema de gestão ambiental para empresas*. 2. ed. Rio de Janeiro: Interciência, 2011.
- GONÇALVES-DIAS, S. L. F.; TEODÓSIO, A. S. S.; CARVALHO, S.; SILVA, H. M. R. Consciência ambiental: um estudo exploratório sobre suas implicações para o ensino de administração. São Paulo: *RAE-eletrônica*, v. 8, n. 1, art. X, jan.-jun. 2009.

- JABBOUR, C. C.; SANTOS, F. C. A.; BARBIERI, J. C. Gestão ambiental empresarial: um levantamento da produção científica brasileira divulgada em periódicos da área de administração entre 1996 e 2005. Rio de Janeiro: *Revista de Administração Contemporânea*, v. 12, n. 3, p. 689-715, jul.-set. 2008.
- JACOBI, P. R.; RAUFFLET, E.; ARRUDA, M. P. Educação para sustentabilidade em Administração: reflexão sobre paradigmas e práticas. *Revista de Administração Mackenzie-RAM*, v. 12, n. 3, p. 21-50, 2011.
- KRUGLIANSKAS, I. Ensino da gestão ambiental em escolas de administração de empresas: a experiência da FEA/USP. In: Encontro Nacional de Gestão Empresarial e Meio Ambiente, 1993, São Paulo. *Anais...*, São Paulo: FEA-USP, EAESP/FGV, 1993.
- KÜPERS, W. M. Integral responsibilities for a responsive and sustainable practice in organization and management. *Corporate Social Responsibility and Environmental Management*, n. 18, p. 137-150, 2011.
- NASCIMENTO, L. F.; LEMOS A. D. C., MELLO, M. C. A. *Gestão socioambiental estratégica*. Porto Alegre: Bookman, 2008.
- MACEDO, C. V. P.; FREITAS, A. A. F.; GUERRA, D. S. Uma escala para mensuração da importância percebida pelos docentes sobre a abordagem socioambiental nos cursos de Administração de Empresas. *Revista de Administração Mackenzie-RAM*, v. 14, n. 1, p. 75-97, jan.-fev. 2013.
- MAZZA, I.; OLIVEIRA, L. G. L.; RAMOS, R. R.; COSTA, F. J. Importância percebida e intenções de envolvimento com a gestão social e a ambiental: uma análise comparativa junto a estudantes de curso de Administração. *Contextus. Revista Contemporânea de Economia e Gestão*. v. 9, n. 2, jul.-dez. 2011, p. 7-22.
- MOREIRA, M. S. Estratégia e implementação do SGA: modelo ISO 14000. Belo Horizonte. Editora de Desenvolvimento Gerencial, 2001.
- NASCIMENTO, L. F. Quando a gestão social e a gestão ambiental se encontram. In: Encontro anual da associação nacional dos cursos de pós-graduação em Administração 31., 2007, Rio de Janeiro. *Anais eletrônicos*. Rio de Janeiro: ANPAD, 2007.
- OLIVEIRA, L. G. L.; OLIVEIRA, D. M.; COSTA, F. G. A gestão ambiental nos cursos de Administração: uma análise da perspectiva dos professores. *Revista de Administração da UFSM*, v. 3, n. 2, p. 205-218, maio-ago. 2010.
- PALMA, L. C.; OLIVEIRA, L. M. de; VIACAVA, K. R. Sustainability in Brazilian federal universities. *International Journal of Sustainability in Higher Education*, v. 12, n. 3, p. 250-258, 2011.
- PINHEIRO, L. V. S.; MONTEIRO, D. L. C.; GUERRA, D. S.; PEÑALOZA, V. Transformando o discurso em prática: uma análise dos motivos e das preocupações que influenciam o comportamento pró-ambiental. *Revista de Administração Mackenzie-RAM*, v. 12, n. 3, p. 83-113, 2011.
- PORTER, M. E.; KRAMER, M. R. Estratégia e Sociedade: o vínculo entre vantagem competitiva e responsabilidade social nas empresas. 2006. In: PORTER, M. E. Edição revista e ampliada, parte IV, cap. 14. Competição. Rio de Janeiro: Editora Campus/Elsevier, parte IV, p. 437-510, 2009.
- SACHS, J. *A riqueza de todos: a construção de uma economia sustentável em um planeta superpovoado, poluído e pobre*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.
- SILVA FILHO, J. C. L. Socioambiental: o perigo da diluição de dois conceitos. *Gestão. Org.* v. 5, n. 2, p. 199-209, maio-ago. 2007.
- SILVA, S. S.; REIS, R. P.; AMÂNCIO, R. Paradigmas ambientais nos relatos de sustentabilidade de organizações do setor de energia elétrica. *Revista de Administração Mackenzie-RAM*, v. 12, n. 3, p. 146-176, 2011.
- TACHIZAWA, T.; ANDRADE, R. O. B. *Gestão Socioambiental: estratégias na nova era da sustentabilidade*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.